

Bolsas Na sexta-feira 0,78% São Paulo 0,84% Nova York	Bovespa Índice Bovespa nos últimos dias (em pontos) 46.206 46.517 10/11 11/11 12/11 13/11	Salário mínimo R\$ 788	Dólar sexta-feira R\$ 3,833 (▲ 1,84%) Últimas cotações (em R\$) 6/novembro 3,76 9/novembro 3,79 10/novembro 3,79 11/novembro 3,75 12/novembro 3,76	Euro Comercial, venda na sexta-feira R\$ 4,09	Capital de giro Na sexta-feira 18,16%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 13,53%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Junho/2015 0,79 Julho/2015 0,62 Agosto/2015 0,22 Setembro/2015 0,54 Outubro/2015 0,82
---	--	---	---	---	---	---	---

INVESTIGAÇÃO/ Receita monitora diplomatas norte-coreanos que estariam trazendo charutos cubanos de forma ilegal ao Brasil para revendê-los no país. Em setembro, fiscais do Aeroporto de Viracopos (SP) apreenderam uma carga de 3.800 desses produtos

Conteúdo suspeito na mala diplomática

» PAULO SILVA PINTO

A Coreia do Norte é um dos países mais fechados do mundo. Com uma ideologia totalitária, o regime do ditador Kim Jong-un conduz a ferro e fogo uma economia estagnada. Mas integrantes do país no exterior mostram grande interesse por um produto com fortes afinidades ideológicas: charutos cubanos. Diplomatas norte-coreanos estão sendo investigados pela Receita Federal sob a suspeita de trazer ilegalmente esses produtos para o Brasil com a intenção de revendê-los.

R\$ 1,2 MILHÃO

Valor máximo estimado dos charutos apreendidos na alfândega, em Viracopos

Os representantes do país asiático vêm sendo observados há meses. O sinal amarelo acendeu por conta da frequência com que eles viajam daqui para o país caribenho — um deles foi duas vezes em uma única semana de julho. “Temos um modelo de gestão que monitora situações de risco. E o comportamento dessas pessoas chamou a atenção”, diz o coordenador-geral de Administração Aduaneira da Receita, José Carlos de Araújo.

Em 29 de setembro, o chefe da aduana do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), André Rorivalta Dias Baptista, desconfiou do grande volume que acompanhava dois diplomatas norte-coreanos que atuam no consulado do país em São Paulo, Ri Kum Chol e Ri Myong Sung. Pediu que abrissem a bagagem. Eles alegaram que se tratava de mala diplomática. Baptista insistiu.

Sem documentos que comprovassem o que diziam, os dois terceiros-secretários, cargo mais baixo na hierarquia diplomática, foram obrigados a mostrar o que estava dentro da bagagem. Eram nada menos do que 3.800 charutos cubanos de várias marcas — a Receita não revelou quais. Considerando o valor unitário desses produtos no mercado brasileiro, o valor total da carga pode ir de R\$ 300 mil a R\$ 1,2 milhão.

O conselheiro Myong Chol, da Embaixada da Coreia do Norte em Brasília, explicou que os dois funcionários lotados em São Paulo receberam a carga de um brasileiro que encontraram no Panamá, o qual prometeu pagamento para que os diplomatas levassem o material até o Brasil. Regras internacionais impedem diplomatas de receber vantagens desse tipo, o que parece não incomodar a Embaixada.

Perguntado se eles poderiam ter aceitado a alegada proposta,

Myong Chol diz que “isso depende de cada pessoa”. Ele afirmou que, com a apreensão da mercadoria, o caso é considerado encerrado. Não é o que diz a Receita. “Ainda está no prazo para eles apresentarem explicações, se quiserem”, esclarece Araújo. A Receita pode depois mandar o caso para o Ministério Público. No caso dos diplomatas, dificilmente eles seriam condenados pela Justiça. “Mas, dependendo das conclusões, o governo brasileiro pode determinar que deixem o país.”

O conselheiro Myong Chol também esteve em Cuba no início de setembro, apenas duas semanas depois de ter se instalado em Brasília. Ficou só uma noite em Havana. “Fui

levar a mala diplomática, que deveria ser encaminhada a Pyonggyag”, relata.

Isso sugere um trajeto curiosamente complexo para os documentos da embaixada. O caminho entre Brasília e a capital norte-coreana é longo, e fica ainda mais complicado, quando se acrescentam o Panamá e Cuba na rota. É difícil entender a necessidade de o país gastar dinheiro e tempo de seus diplomatas para ir a Havana levar documentos que, de lá, seguirão para outro lugar muito distante.

Excesso de peso

Myong Chol voltou dessa viagem a Cuba em setembro com charutos na mala. “Eram umas vinte caixas. São presentes que damos a outros diplomatas que encontramos aqui em Brasília”, explica. Em julho, Kim Hak Ryop, um funcionário norte-coreano baseado em São Paulo — hoje de volta a Pyongyang — chegou a ir a Cuba e voltar duas vezes em uma única semana. Frequentemente, as bagagens incluem vários volumes, chegando a até 80 kg, o que não pode ser transportado sem que se pague à companhia por excesso de peso.

Esse intercâmbio norte-coreano entre o Brasil e Cuba, para o governo brasileiro, ainda precisa ser esclarecido. As explicações de que estão levando documentos são consideradas pouco convincentes. Diplomatas baseados em um país não costumam ir com frequência a nações onde outros colegas já se encarregam das relações bilaterais. Ainda mais quando se trata de um país com escassez de recursos, como a Coreia do Norte.

Abusos

O risco de comércio ilegal por pessoas que são encarregadas de cuidar das relações internacionais traz preocupações na Esplanada. Não que isso represente um grande revés arrecadatório. O problema é que corrobora a imagem de que o Brasil é um país onde tudo é permitido. “Há muitos diplomatas que abusam, e isso não se restringe a uma nacionalidade específica”, diz Kleber Cabral, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), que, além de representar a categoria, tem ampla experiência profissional no controle de bagagens em aeroportos. Segundo ele, muitas vezes os agentes brasileiros se veem intimidados diante da arrogância dos diplomatas estrangeiros e da falta de clareza quanto ao que é ou não permitido. “Ninguém quer tomar uma atitude que prejudique as relações com outros países.”

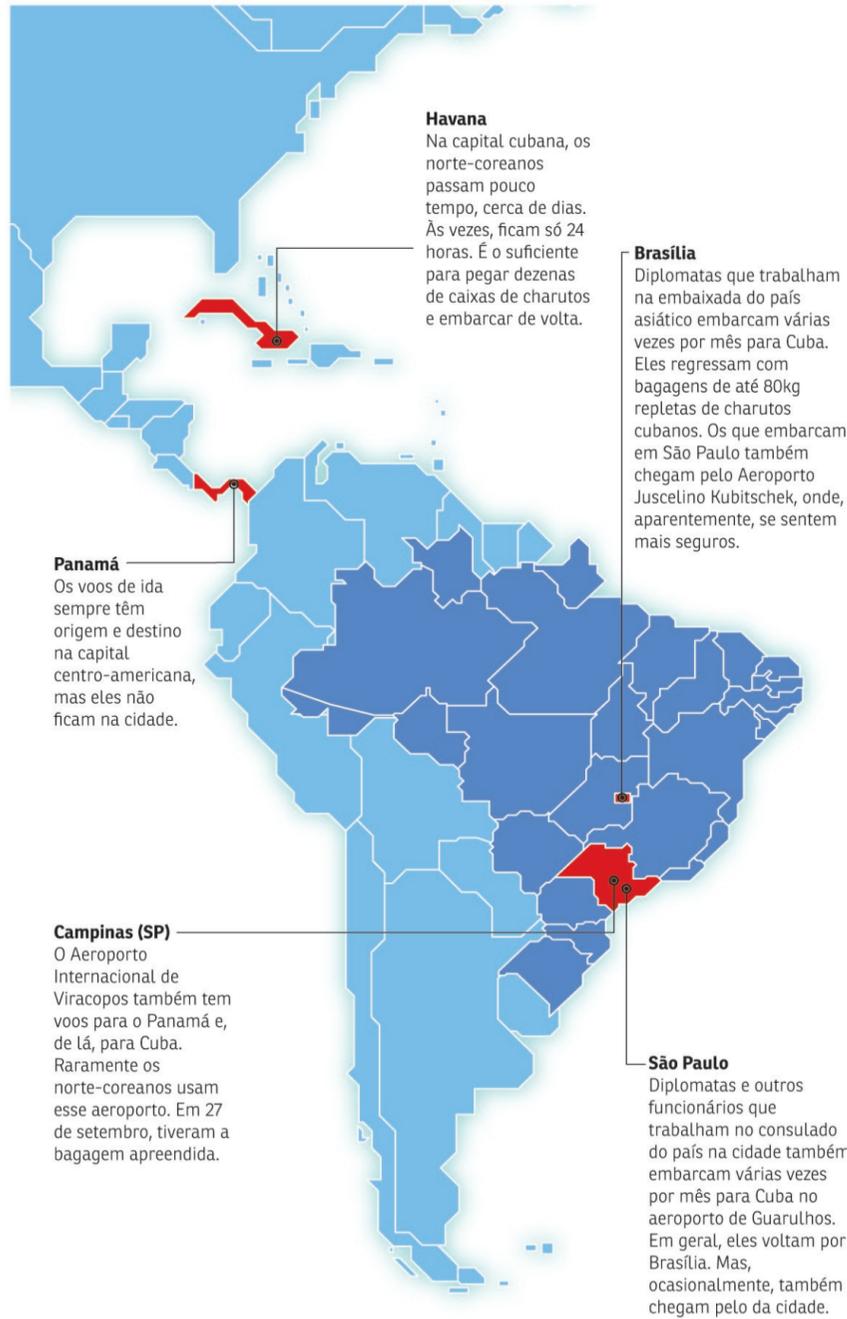
Paulo Silva Pinto/CB/Reprodução/D.A Press



Viagens frequentes a Cuba chamaram a atenção do Fisco. Kim Hak Ryop chegou a ir duas vezes em uma semana

Rota latina

Périplos dos diplomatas norte-coreanos entre Brasil e Cuba para trazer produtos



Imunidade e privilégio

A Coreia do Norte instalou uma embaixada em Brasília em 2005, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Suspeita-se que, desde 2008, os representantes do país façam comércio ilegal de charutos. Não é o único grupo de diplomatas estrangeiros que pode estar fazendo comércio irregular. Mas, no caso desse país asiático, um agravante está no fato de que eles recebem salários muito baixos, em torno de US\$ 500. Moram todos na própria sede da representação do país, incluindo o embaixador, em um esquema de vida comunitário, que lembra uma república de estudantes universitários.

Ao serem abordados por funcionários da alfândega brasileira no retorno dos périplos que fazem a Cuba, os norte-coreanos costumam afirmar que estão carregando mala diplomática, algo que, de acordo com a Convenção de Viena, de 1961, tem imunidade especial.

O decreto presidencial de 1965 que regulamenta a convenção diz que “a mala diplomática não poderá ser aberta ou retida”. O problema é que esse tipo de privilégio deve se restringir a peças especiais transportadas entre o país de origem e sua capital. Não pode se aplicar a qualquer bagagem de diplomata.

O advogado Euro Maciel Filho explica que a Convenção de Viena e o decreto que a regulamenta são “propositalmente nebulosos”. A indefinição vale tanto para a questão das bagagens quanto para as imunidades. “A ideia é estabelecer princípios e deixar que os países se entendam.”

Descaminho

Os diplomatas e funcionários de outros países têm diferentes graus de imunidade, dependendo, por exemplo, do fato de ser o embaixador ou não. Na prática, dificilmente respondem a processo judicial. Maciel lembra que situações embaraçosas resultaram simplesmente na saída dos diplomatas do país a pedido do Ministério das Relações Exteriores ou por iniciativa do próprio país de origem. É o máximo que poderia ocorrer, avalia, no caso dos diplomatas norte-coreanos.

O advogado afirma que os diplomatas podem trazer produtos de fora desde que sejam para uso da missão ou para consumo próprio. Não há especificação de itens ou quantidade. “Mas, claramente, 3.800 charutos não se enquadram em nenhuma dessas duas situações.”

O caso pode ser considerado crime de descaminho: trazer produtos sem pagar impostos com o fim de revendê-los. Não cabe acusação de contrabando que, desde o ano passado, restringe-se às situações em que são trazidos produtos de venda proibida no Brasil. Por exemplo, cigarros que foram produzidos aqui e exportados com isenção fiscal. O descaminho tem pena de 1 a 4 anos de prisão e o contrabando, de 2 a 5 anos. (PSP)